



APROVADA
NA 569 a. Sessão

ALADI/CR/Ata 557
11 de maio de 1995
Hora: 10h10m às 13h10m

ORDEM DO DIA

1. Aprovação da ordem do dia.
 - Incorporação do Representante da Comissão Europeia, Embaixador Joël Fessagnet.
 2. Assuntos em pauta (ALADI/SEC/di 2.318).
 3. Consideração da ata correspondente à 552a. sessão.
 4. Normas gerais de pessoal (ALADI/CR/PR 134).
 5. Apresentação do documento: "Análise do sistema de preferências da ALADI (Versão Preliminar) (ALADI/SEC/dt 380.5).
 6. Outros assuntos.
 - Programa de atividades da ALADI para o ano de 1995.
 - Reuniões da Comissão Especial da OEA e do Grupo Informal de Secretários de Integração.
-

Preside:

GUILLERMO FERNANDEZ-CORNEJO CORTES

Assistem: Jesús Sabra, Gustavo Adolfo Moreno e Roxana Sánchez (Argentina), Antonio Céspedes e José Guillermo Loría González (Bolívia), Hildebrando Tadeu Nascimento Valadares e Guilherme de Aguiar Patriota (Brasil), Henry Javier Arcos (Colômbia), Augusto Bermúdez Arancibia e Leopoldo Durán Valdés (Chile), Eduardo Cabezas Molina e Humberto Jiménez (Equador), Ignacio Villaseñor e Dora Rodríguez Romero (México), Carlos Galeano Perrone e Alfredo Núñez (Paraguai), Guillermo Fernández-Cornejo Cortés e Efraín Saavedra Barrera (Peru), Adolfo Castells, Eduardo Penela Ríos e José Roberto Muineló (Uruguai), Antonio Rangel e Ariel Vargas (Venezuela), Manuel Aguilera de La Paz (Cuba), Carlos Alberto Prera Flores (Guatemala), Xie Rumao (República Popular da China), Joël Fessagnet (CCE), Luis Macchiavello (OEA).

Secretário-Geral: Antonio J. C. Antunes.

Secretário-Geral Adjunto: Juan Francisco Rojas.

Secretário-Geral Adjunto: Isaac Maidana Quisbert.

Consultor: Carlos Ons.

PRESIDENTE. Está aberta a sessão.

Na ausência do Presidente titular, Embaixador Efraín Darío Centurión, cabe-me presidir esta reunião do Comitê.

1. Aprovação da ordem do dia.

PRESIDENTE. Em consideração.

Representação da ARGENTINA (Jesús Sabra). Senhor Presidente, queríamos incluir em "outros assuntos" o tema "Plano de trabalhos".

PRESIDENTE. Não havendo observações à ordem do dia, APROVA-SE com a inclusão do ponto solicitado pela Representação argentina.

- Incorporação do Representante da Comissão Europeia, Embaixador Joël Fessaguet.

O Representante, Embaixador Fessaguet, é o sucessor do Senhor Franco Teucci; o Senhor Teucci foi designado primeiro Representante e incorporou-se às atividades do Comitê na 318a. sessão, de 6 de novembro de 1990. Finalizou sua missão em 2 de dezembro de 1994. A Comissão Europeia comunicou à Secretaria-Geral da ALADI a designação do Senhor Embaixador Joël Fessaguet como Chefe da Representação no Uruguai, mediante nota verbal, de 8 de março de 1995.

O Embaixador Fessaguet é doutor em Ciências Econômicas. Começou, em 1970, na Comissão das Comunidades Europeias como Administrador do Escritório de Assuntos Econômicos e Financeiros; depois foi enviado a Luxemburgo como Presidente dos três grupos de trabalho, especializado em estatística; em 1974 foi transferido para o Escritório Central da Divisão de Planejamento; em 1976, foi Conselheiro Econômico da Delegação em Mali; em 1980, Conselheiro Econômico na Delegação no Marrocos; em 1985, Chefe do Escritório da Missão em Bangladesh; em 1987, Chefe da Delegação da Comissão das Comunidades Europeias em Bangladesh. Finalmente, de janeiro até maio de 90 foi Assessor do Escritório Central da Direção da Ásia do Sul e depois, nesse mesmo ano, foi designado Chefe da Delegação da Comissão das Comunidades Europeias na Guiana. A partir desse momento foi designado Representante das Comunidades Europeias no Uruguai e no Paraguai; além disso, é o novo Observador neste Comitê de Representantes.

Desejaria dar-lhe as boas-vindas, desejando que sua presença aqui constitua uma verdadeira cooperação e um diálogo fecundo entre a União Europeia e a ALADI, que em algum momento deverá transformar-se também na união regional da América Latina.

Desejo apenas manifestar ao Senhor Fessaguet que tanto o Comitê de Representantes como a Secretaria estaremos atentos a qualquer iniciativa e esperamos também que ele seja suficientemente permeável a nossos requerimentos.

SECRETARIO-GERAL. Senhor Presidente, Senhores Representantes, Senhor Fessaguet, esta Secretaria dá a Vossa Excelência as boas-vindas e oferece-se também a dar todas as informações que certamente o Senhor Embaixador necessitará, assumindo este novo cargo como Representante da União Europeia neste Comitê. Desejo a Vossa Excelência muitos êxitos em sua missão como Observador e como articulador de uma cooperação entre a União Europeia e a ALADI.

Por conseguinte, Senhor Embaixador, pode dispor completamente de toda a Secretaria para apoiá-lo nesta Missão.

PRESIDENTE. Ofereço a palavra ao Embaixador Fessaguet.

Representante da União Européia (Joël Fessaguet). Muito obrigado, Senhor Presidente.

Senhor Presidente do Comitê de Representantes, Senhor Secretário-Geral da ALADI, Senhor Secretário-Geral Adjunto, Senhores Representantes Permanentes, Senhores Observadores, senhoras e senhores, para mim é uma grande honra incorporar-me, a partir de hoje, a esta Casa da Integração Latino-Americana como Observador Permanente da Comissão Européia.

Neste momento estamos vivendo, sem lugar a dúvidas, etapas chaves para o futuro da integração regional, que a União Européia acompanha com muita atenção pelo fato de existirem interesses comuns entre ambas as regiões.

No futuro o diálogo político entre a Europa e a América Latina continuará reafirmando-se com base em três eixos: a integração regional, o desenvolvimento social e a dimensão econômica.

A União Européia deseja reiterar sua convicção de que a integração regional é a via privilegiada para garantir o desenvolvimento econômico e social, para melhorar a competitividade e a inserção na economia mundial. Deste ponto de vista a Comunidade Européia manifestou que a promoção dos intercâmbios e dos investimentos será a pedra angular das relações entre as duas regiões.

Com vistas à promoção do intercâmbio e dos investimentos, a Comunidade Européia procura promover a adoção de realidades nacionais e internacionais suplementares, bem como a celebração de acordos, com a finalidade de promover e proteger os investimentos, enfatizando particularmente no fortalecimento da proteção jurídica e no desenvolvimento da proteção intelectual.

Em relação ao desenvolvimento social, a Comunidade Européia lembra que toda política de desenvolvimento permanente deve integrar políticas de acompanhamento social e o respeito pelos recursos naturais e pelo meio ambiente.

Queremos recordar, nesta oportunidade, que os Ministros das Relações Exteriores da União Européia manifestaram, recentemente, sua vontade de enriquecer a cooperação entre a União Européia e seus Estados Membros e os países do Grupo do Rio, que são os que fazem parte da ALADI, enfatizando particularmente sobre novos tipos de cooperação em diversos setores, priorizando os temas sociais, estruturais, sanitários e da educação.

Queremos também mencionar os avanços no âmbito das relações União Européia/MERCOSUL neste ano, que poderíamos denominar o ano do MERCOSUL, e que tem como objetivo a nego-

ciação e possível celebração de um acordo-quadro inter-regional de cooperação comercial e econômica. Além disso, queremos expressar a decisão já adotada da colocação em andamento de negociações para um acordo econômico e comercial entre a União Européia e o México e o nosso interesse em aprofundar as relações com o Chile, bem como com o Pacto Andino.

Todos estes processos de integração ativa e dinâmica, que estão sendo vividos na América Latina e que têm na ALADI um âmbito jurídico e institucional reconhecido, certamente continuarão fortalecendo-se nesta Casa da Integração Latino-Americana.

Outrossim, um projeto como a Hidrovia, reflexo fiel do interesse integracionista da região e cujo acordo fluvial foi colocado em andamento nesta sede, é outra das evidências do papel que exerce a Organização em apoio à nova realidade que estamos vivendo.

Nós, os europeus, sabemos, por nossa experiência, que o caminho da integração é longo e difícil, mas também sabemos que não existe outra alternativa para o desenvolvimento de nossos povos. Por esta razão e pelos nossos interesses comuns, a Europa e a América Latina continuarão trabalhando em conjunto para alcançar objetivos de maior relevância.

Finalmente desejo expressar, novamente, a honra e a satisfação que significa integrar-me como Observador Permanente junto à Associação Latino-Americana de Integração, em representação da Comissão Européia.

Muito obrigado.

- Aplausos.

PRESIDENTE. Vamos fazer um intervalo para acompanhar o Senhor Representante da Comissão Européia a seu lugar de Observador.

- Assim se procede.

INTERVALO

PRESIDENTE. Reinicia-se a sessão.

2. Assuntos em pauta (ALADI/SEC/di 2.318).

SECRETARIO-GERAL. Senhor Presidente, no documento mencionado foram incluídas as notas e documentos a que corresponde dar entrada nesta sessão. Salientamos:

- nota da Representação do Uruguai comunicando que assumiu como Primeiro Secretário o Senhor Raúl Pollak; e
- contribuição da Representação do México para o orçamento da Associação pela quantia de US\$ 133.358,77.

Senhor Presidente, aproveitamos a oportunidade para agradecer esta contribuição e parabenizar o México por ter cumprido com pontualidade seus compromissos de pagamento com esta Associação.

PRESIDENTE. Muito bem, felicitamos o México pela pontualidade.

3. Consideração da ata correspondente à 552a. sessão.

PRESIDENTE. Em consideração a ata correspondente à 552a. sessão.

Não havendo observações, APROVA-SE.

4. Normas gerais de pessoal (ALADI/CR/PR 134).

PRESIDENTE. Convido o Presidente da Comissão, Embaixador Sabra, para que nos informe sobre este documento.

Representação da ARGENTINA (Jesús Sabra). Senhor Presidente, entre os mandatos dados à Comissão de Orçamento por este Honrável Comitê estava tratar o tema das normas gerais de pessoal e o objetivo básico era tratar de obter, através de um consolidado e de uma revisão desse consolidado, uma maior transparência e sistematização das normas vinculadas com o pessoal da Associação. Constituiu-se um grupo de trabalho dentro da própria Comissão de Orçamento, que durante várias reuniões analisou, com profundidade, as normas vigentes, que foram atualizadas, ficando refletidas neste projeto ALADI/CR/PR 134 enviadas a este Comitê por consenso desta Comissão de Orçamento.

Entendemos que, nesta oportunidade, o mais conveniente é dar entrada a este documento no Comitê para que nossas Representações o analisem e, talvez, em quinze dias possa ser incorporado novamente à ordem do dia do Comitê para seu tratamento e aprovação formal.

PRESIDENTE. Efetivamente, chega a meu poder, pela primeira vez, este documento e considero importante estudá-lo antes de iniciar sua discussão.

SECRETARIO-GERAL ADJUNTO (Isaac Maidana Quisbert). Senhor Presidente, embora este tema, como manifestou o Senhor Presidente da Comissão, passe para sua consideração em uma próxima oportunidade, não queríamos deixar passar esta ocasião sem

manifestar uma preocupação da Secretaria-Geral por ocasião das deliberações da Comissão de Orçamento.

A esse respeito, a Secretaria-Geral deseja fazer constar seu pensamento sobre a não incorporação, de forma específica, de um artigo no projeto de resolução sobre as normas de pessoal, referente a um sistema de categorias ou um sistema de "steps". Embora tenha existido total receptividade por parte das diferentes Representações que participaram das deliberações sobre normas de pessoal, tanto do grupo de trabalho como da Comissão de Orçamento, o fato de não incorporar um artigo específico sobre esse tema, como previa a Resolução 95 em seu artigo quarto, preocupa a Secretaria-Geral porque considera que todo sistema de administração de pessoal deve encerrar seu ciclo incorporando a esse sistema um subsistema que permita garantir ao pessoal um desenvolvimento funcional, próprio de qualquer organização. Desta maneira, a Secretaria considera que se poderia superar o que tem sido uma prática generalizada, particularmente na época da ALALC, onde o funcionário permanecia praticamente estático desde o momento em que ingressava a uma determinada categoria. Neste sentido, Senhor Presidente, solicito novamente, particularmente às Representações, que reflitam mais uma vez, a fim de que em uma próxima ocasião possamos, talvez, incorporar algum elemento que dê um sinal muito tangível, pelo menos um sinal, de que haveria uma espécie de início preliminar de um sistema de categorização ou de "steps", onde, reitero, a Secretaria faria todos os esforços para não ter um impacto negativo nos orçamentos ordinários que normalmente aprova o Comitê cada ano.

PRESIDENTE. A Presidência toma nota de sua proposta; creio que foi entendida por todos nós e será levada em consideração no momento da discussão.

Tem a palavra o Presidente da Comissão.

Representação da ARGENTINA (Jesús Sabra). Com relação à última inclusão da Secretaria, não podia deixar de manifestar que este tema foi tratado na Comissão de Orçamento. Considerou-se que existe uma categorização vertical no próprio orçamento. A Secretaria está pensando em uma categorização horizontal; entendemos que complicaria o manejo dos recursos humanos e através dos artigos 3º e 8º estão dadas as condições e faculdades para que a Secretaria, anualmente, informe sobre as promoções, através desta categorização vertical que se pode fazer do pessoal.

Simplesmente para fazer constar isto, de tal maneira que os Senhores Representantes tenham a informação global e total.

Representação da BOLÍVIA (Antonio Céspedes Toro). Senhor Presidente, tudo o que se refere ao manejo do pessoal é verdadeiramente delicado e importante.

Penso que no momento em que seja considerado o projeto de resolução que temos sobre a mesa, e a fim de que a sua consi-

deração não sofra nem experimente postergações, depois das apresentações, certamente muito rápidas, que escutamos sobre a matéria, pareceria conveniente que fosse complementada com um papel; que não seja solicitado nessa oportunidade, adiando, repito, o tratamento do tema, senão que seja distribuído com antecipação, sobre as exposições feitas sobre este tema na Comissão.

PRESIDENTE. Creio que, dadas as circunstâncias, poderíamos pedir à Secretaria que explicitasse sua proposta, para depois ser analisada pelo Presidente do grupo de trabalho, Embaixador Sabra, com a ajuda das pessoas que o constituíram para poder dar, talvez, alguma solução conveniente a este pequeno impasse, devido aos pontos de vista diferentes.

Não havendo outras intervenções sobre o tema, passamos ao ponto seguinte.

5. Apresentação do documento: Análise do sistema de preferências da ALADI (Versão Preliminar) (ALADI/SEC/dt 380).

PRESIDENTE. Antes de dar a palavra ao Secretário-Geral, que nos vai informar sobre este documento que considero não somente muito interessante, senão um resumo do processo de preferências desde a época da ALALC e de antemão, com as objeções que eventualmente possam ter as propostas que façamos depois do documento, se estamos preparados, devo manifestar que creio que é uma magnífica contribuição para estudar bem o tema de preferências e as possibilidades que tenhamos no futuro de mantê-las ou melhorá-las no processo de convergência na ALADI. Tem a palavra o Senhor Secretário-Geral.

SECRETARIO-GERAL. Obrigado, Senhor Presidente.

Senhor Presidente, a Secretaria sugeriu esta apresentação porque considera que este documento, juntamente com outros que a Secretaria elaborou e os que estão sendo concluídos, oferece uma visão global sobre o processo de articulação e sobre o avanço dos acordos de alcance parcial, que se estão realizando na região.

A respeito do estudo que vamos apresentar devo salientar que foi realizado com a cooperação financeira da CAF, instituição que está contribuindo também na realização de outros trabalhos sobre a articulação e convergência.

Como todos sabemos, nos últimos anos houve muitos progressos na liberalização do comércio inter-regional (MERCOSUL, Grupo Andino, acordos com programas de desgravação automática), no intercâmbio intra-regional; embora sejam processos muito diferentes entre si, houve um avanço geral. Fazendo um todo, esse todo é exatamente o que este estudo trata de entender, exclusivamente sob a ótica das preferências. Conseqüentemente, é um estudo que deve ser completado com o estudo do comércio e também por um aperfeiçoamento do estudo sobre a coincidência ou discrepância da parte normativa-instrumental,

que é a essência do documento da série 370, elaborado também por esta Secretaria.

Como sabemos, este processo que estamos vivendo foi consequência de uma abertura global das economias de nossos países, de um avanço na parte institucional e efetiva, comercial, a nível multilateral, nível internacional, como a negociação da Rodada Uruguaí do GATT e, finalmente, com sua finalização e também é consequência da flexibilidade do Tratado de Montevideu 1980.

Naturalmente, esses progressos são dessímeis e agora estamos vivendo um processo de articulação e a análise destas diferenças, estas disparidades, de cada caso e do conjunto, é muito útil para a formulação de estratégias de nossos países: a estratégia de negociação e de avaliação dos resultados das negociações às que chegamos. Daí a conveniência de analisar a situação atual do sistema de preferências e principalmente, senhores, o que creio que seja o mais importante deste estudo: desenvolver um método de avaliação permanente. Este estudo não deve ser tomado como um estudo que foi realizado e ponto, nem tampouco como um estudo que será revisado de tempo em tempo. A idéia da Secretaria é que deve surgir dele um sistema de avaliação. Quando fazemos esta apresentação, além de tratar de dar uma visão global -visão sintética de um documento que é muito complexo porque maneja uma quantidade incrível de informações e uma grande heterogeneidade de fatos- queremos, na realidade, ter por parte das Representações uma reação que nos permita, inclusive, aperfeiçoar esse estudo no sentido de construir um sistema permanente de avaliação. Um sistema permanente de avaliação que não ficará somente nas preferências, senão que vai incluir os dados de comércio de outro estudo que será publicado em breve e outros aspectos mais: o aspecto de normas e sua incorporação a nosso sistema de informação. Por conseguinte, senhores, esta apresentação tem essa finalidade e por essa mesma razão consideramos que esse documento é um documento preliminar. Acreditamos que esse seja o método correto, porque a análise das preferências, o "entramado" das preferências que está sendo configurado, sua complexidade e, às vezes, em muitos casos, a falta de cuidado em aspectos normativos deste "entramado", é de uma análise muito complexa e, também, os países têm questões próprias sobre ele. Naturalmente vão querer receber, por parte de um sistema de avaliação permanente, respostas sobre perguntas que orientem suas negociações. Esta é, portanto, a motivação com que estamos fazendo agora esta exposição.

Este estudo trata de responder as seguintes perguntas: qual é a cobertura de preferências e como estas são distribuídas, por tipos de bens e entre países, dentro do "entramado" de acordos que está sendo configurado na região? Qual é a relação entre as preferências nominais e as efetivas e também com a tarifa? Qual é a situação em matéria de preferências das principais correntes de comércio negociado? Qual é a importância comercial dos itens para os quais foi outorgado algum tipo de preferência? Quais são as coincidências e diferenças entre

os diversos acordos em matéria dos bens que fazem parte da área liberada totalmente ou da área que tem algum tratamento especial ou que fazem parte de uma exceção, ou estão sujeitos às condições especiais?

Trata-se, portanto, de estabelecer vinculações entre aspectos instrumentais e aspectos econômicos, para poder aproximar-se do papel que desempenha o sistema de preferência e os acordos que o contém nas relações econômicas entre os países que o subscreveram.

Queremos chamar a atenção para o fato de que este trabalho levou muitas horas-homem, muitas horas-máquina por parte da Secretaria e foi elaborado com muitas dificuldades, em termos de acesso à informação. Ao mesmo tempo teve a grande vantagem de servir como um teste para o sistema de informação, que nos indicou a necessidade de aperfeiçoamentos que estamos tratando de fazer neste sistema, no nosso banco de dados. Foi utilizada a informação disponível em março de 1995; a situação, no que se refere a acordos, corresponde à registrada em janeiro de 1995 e os dados de comércio, que correspondem ao ano de 1993. Em anexo a esse documento vamos distribuir às Representações a metodologia e os quadros resultantes dos estudos. Nesses quadros foram analisados os acordos sub-regionais, os acordos de complementação econômica e os acordos de renegociação do patrimônio histórico entre os países que não celebraram um acordo de complementação econômica.

Um dos resultados mais importantes a que cremos ter chegado com este estudo, embora seja um resultado aparentemente óbvio, é exatamente o quadro número 1, que está projetado na tela. Nesse quadro colocamos as preferências existentes para aqueles acordos de área limitada, ou seja, os acordos seletivos e colocamos para os acordos onde há uma desgravação automática, programada, a situação final, a preferência de quase 100% para esses casos em que já está previsto chegar a uma liberação quase total do mercado entre os países participantes dos acordos. Por conseguinte, este quadro projeta uma situação de futuro para vários dos acordos considerados. Como os senhores podem observar, há uma clara distinção dentro de um mapa. Por um lado, temos o MERCOSUL; por outro, o Grupo Andino, que já chegaram, no que se refere a preferências, a uma liberação, que nós denominamos "zona de livre comércio". Naturalmente não se ignora que já existe união aduaneira, mas no que se refere às preferências sobre comércio. Temos dois países do Grupo Andino, que são a Colômbia e a Venezuela, que com o México constituem o Grupo dos Três e como o Chile tem acordo de livre comércio com o México, Colômbia e Venezuela, há no centro do quadro uma clara configuração de um -chamemo-lo assim- "grupo dos quatro". Nota-se, portanto, que há uma liberação plena de comércio nos quatro países do MERCOSUL (à esquerda, acima), há livre comércio entre os países andinos, mas com a indicação de que o Peru está em processo de entrar plenamente nesse livre comércio e, no meio, um processo de articulação entre o México e o Chile com dois países do Grupo Andino.

Naturalmente, quando observamos onde estão as fraquezas deste quadro estas são encontradas nas linhas das relações dos países do MERCOSUL com os países andinos e um pouco menos com o México e o Chile e é evidente qual é -digamos assim- a fome de integração que existe. Quando analisamos o que isto tem a ver com o mercado global, é claro que essa menor articulação, em termos de preferência, do MERCOSUL com os países andinos e com o Chile e o México, reflete-se também em um menor dinamismo de mercado. O mercado entre os países do MERCOSUL e do Grupo Andino representou 14% das importações entre todos os países da ALADI, mas o comércio entre esses países é o que cresceu menos. Quando consideramos o comércio intra-MERCOSUL, o comércio intra-Andino e o comércio entre os países do Grupo dos Três e o comércio entre estes países deste denominado "grupo dos quatro", quando analisamos isto, resulta claro que as relações entre os países do MERCOSUL e os países andinos têm preferências baixas, estão marcadas por acordos seletivos e também têm pouco dinamismo. Isto tem razões históricas, estruturais, até espaciais-geográficas, mas também indica um campo de muita potencialidade para completar o quadro que estamos vendo. Naturalmente, este quadro esconde vários aspectos de superposição, porque há acordos, ainda bilaterais, no MERCOSUL, há acordos bilaterais -que como já chamei a atenção- se superpõem no caso dos quatro países: Chile, México, Colômbia e Venezuela. Esta geometria sugerida por este quadro que se apresenta na tela é uma geometria muito útil para analisar todos os aspectos do processo de articulação. É também muito útil para reanalisar o trabalho das aproximações e diferenças normativas que foi objeto dos esforços dos documentos da série 370; também é útil para analisar os fenômenos econômicos e de comércio. Na medida em que as variáveis que estão aí, que são: por tipos de produtos, dos grupos de produtos -que vou explicar imediatamente- e por item tarifário, subgrupo, grupo e capítulo, isso quando se desdobra, se se analisa com as preferências efetivas, as tarifas e importância desses itens no comércio, é fornecida uma informação muito importante para as estratégias dos países.

O que está no quadro está, como os senhores observam, por país, C1, C2 e C1 mais C2, em cada linha.

Que é C1? C1 são aqueles produtos que têm plena liberação de mercado, ou seja, uma preferência de 100%, ou que vão tê-la; já têm uma programação de desgravação e não tem nenhuma restrição não-tarifária.

O C2 são os produtos que têm alguma preferência, mas não 100% e produtos que têm algum tratamento especial, como no caso da indústria automotriz e do açúcar, no MERCOSUL.

Foi a maneira que encontramos para diferenciar os tipos de produtos conforme as tendências. C2 são produtos mais típicos dos acordos seletivos de uma geração anterior; C1 são produtos mais típicos dos acordos de nova geração. Nos quadros está indicada a percentagem dos itens tarifários que foram objeto de aplicação da preferência correspondente. Por exem-

plo, se observamos na primeira linha, entre a Argentina e a Colômbia. Na linha Argentina, na coluna Colômbia, vemos que os acordos existentes entres estes países são 0,5% dos itens tarifários, têm 100% de preferência ou desgravação plena, enquanto que 4,38% tem outro tipo de preferência nos acordos existentes. Portanto, podemos ver nesse quadro que há uma relação tênue -como manifestei- entre os países do MERCOSUL e os países andinos.

Os países outorgantes estão no início das linhas; os países recipiendários das preferências estão no título das colunas. Desse modo, 0,5% é -como no exemplo dado- a preferência de 100% que a Argentina concede, ou seja, o número de itens para os quais a Argentina concedeu 100% de preferência à Colômbia, e assim por diante.

Resumindo: a amplitude da cobertura é desigual em quantidade de itens, em intensidade de preferências, que seriam objeto de outro quadro e comércio -entre outros quadros que serão apresentados- especialmente quando comparados os acordos seletivos com os acordos de nova geração, melhor dito, com os de programa de desgravação automática e com a zona de livre comércio. O ponto mais fraco, repito, corresponde à vinculação dos países do Grupo Andino e com os do MERCOSUL.

Naturalmente, queremos chamar a atenção para um conceito muito importante, que tem a ver, inclusive, com a significação das preferências e com a importância das preferências que têm efeito nas comparações entre os acordos seletivos e os acordos de programação automática, referente a quase todo o universo tarifário ou à zona de livre comércio, que é quase o mesmo.

Nos acordos de nova geração não se trata simplesmente de somar as preferências para todos os produtos. Na realidade, os acordos de nova geração têm uma diferença qualitativa fundamental em relação aos acordos seletivos, que é a criação de um ambiente entre os países que assinam um acordo. De tal modo que uma preferência para um acordo de amplo espectro -que cobre todo o universo tarifário, que tem desgravação automática, embora pequena, inclusive pelos efeitos de uma tarifa baixa, mas que tem uma sinergia, pelas relações entre os países que assinam esse acordo- é muito diferente de se nos pusessemos a somar vários acordos, ou seja, somar várias preferências, todas as preferências para todos os produtos. Temos a criação de um clima, de um estabelecimento, de uma instituição, de uma garantia, de uma estabilidade de regras de jogo. Tudo isso constitui um elemento muito importante, que faz com que as preferências se potencializem, ou as preferências efetivas, embora as preferências efetivas não sejam tão importantes.

Como os senhores sabem, a preferência efetiva mede a vantagem de um país que recebe a preferência que tem no mercado do país que concede a preferência com relação a um terceiro país.

Há uma fórmula que está no documento, é medido pela diferença entre a tarifa e a preferência sobre a soma de 1 mais a tarifa. Significa um desconto com relação ao preço entre o produto de um terceiro país no mercado do país outorgante, concedido ao preço do produto do país beneficiário. Mas, evidentemente essa preferência, tanto a nominal quanto a efetiva, não está sendo considerada neste estudo como causal do comércio senão como canalizador do comércio, porque sabemos, e o estudo também mostrou, que há muitos outros aspectos que influíram no comércio, não só as preferências. Chama-nos a atenção o problema da vizinhança, da tradição do mercado; a vizinhança entendida em um conceito muito ampliado, no sentido da existência de alguns sistemas de comunicação e transporte relativamente eficazes.

Como estamos vendo, poderemos classificar aí os níveis de cobertura em três níveis: um, de alta cobertura (MERCOSUL, Grupo Andino e os acordos entre a Colômbia, Chile, México e Venezuela, entre o Chile e o Equador, a Bolívia e o México, o Equador e o Uruguai e o Equador e o Paraguai, o México e o Uruguai); um, intermediário entre a Argentina e o Brasil com o Chile e o México e, um baixo, que são as demais relações, dentre as quais as já assinaladas várias vezes entre os países do MERCOSUL e os países do Grupo Andino.

Também há uma relativa coincidência, em termos muito gerais, entre os setores com liberação diferida ou excluídos dos acordos de nova geração. É o caso, por exemplo, do setor automotriz, do setor do petróleo e derivados, da agricultura e de alimentos básicos, matérias plásticas, têxteis e vestuário, mas, sobretudo, o automotriz é um caso típico de tratamento especial. Também alguns casos da siderurgia. Nesses setores, como os senhores sabem, foram negociadas poucas preferências nos acordos seletivos.

Agora veremos a intensidade das preferências. Senhores, este trabalho foi feito por uma grande equipe da Secretaria e continuará sendo aperfeiçoado, como manifestei; mas contou com o apoio de nosso Consultor, Carlos Ons, que inclusive nos ajudará nesta exposição.

Gostaria de que Carlos nos ilustrasse sobre a intensidade das preferências.

CONSULTOR (Carlos Ons). O trabalho, ou seja, o sistema de análise, está organizado sobre a base de três módulos. Um, que é o que acaba de mencionar o Secretário-Geral, onde vemos qual é a cobertura dos diferentes acordos em termos da quantidade de itens tarifários que se beneficiam de preferências.

Este é um segundo módulo, onde são analisadas as relações entre a preferência nominal, ou seja, a preferência registrada nos acordos, a tarifa, o gravame residual e a preferência efetiva. Neste quadro, como exemplo está sendo analisado o acordo entre a Argentina e a Colômbia em nível de capítulo. Os senhores podem ver, para cada um desses conceitos, três

valores que são percentagens, a média do capítulo, a preferência máxima e a preferência mínima; igual para a tarifa, o gravame residual e a preferência efetiva.

A idéia disto que, além disso está referida aos conjuntos 1 e 2, mencionada pelo Senhor Secretário-Geral, é permitir estabelecer as vinculações entre os quatro conceitos e o tipo de bens ao qual são aplicadas e posteriormente com o comércio.

Se estudamos o quadro vemos uma relação bastante definida entre o nível da tarifa e a preferência efetiva; veríamos, e isso é quase uma constante para todos os países que raramente aparecem preferências efetivas superiores a dez por cento; em geral estão na faixa entre cinco e dez.

A mesma informação está em nível de posição. Isso permite transferir a análise para um nível bastante maior de desagregação, inclusive com grupos de produtos. Acontece o mesmo em nível de item tarifário. Neste caso vemos as preferências outorgadas pelo Chile a cada um dos países que estão na horizontal e os valores que aparecem correspondem à preferência nominal, ao gravame residual e a preferência efetiva do item que está à esquerda. Ao mesmo tempo, este tipo de formato, que vincula um país com os restantes países-membros, também está desenvolvido em nível de capítulo e de posição. Isso permite, junto com o mostrado pelo Senhor Secretário-Geral do primeiro bloco, que tem um respaldo semelhante, estabelecer uma vinculação entre o grau de abertura de mercado, ou seja, a amplitude da abertura de mercado quanto aos bens beneficiados e à intensidade das preferências.

O terceiro bloco, referente ao comércio, é uma série de quatro capítulos. Neste quadro procuramos um formato para analisar a relação entre os conjuntos de bens que tinham sido estabelecidos em função das preferências recebidas e o comércio. Aqui temos três blocos de informação. O primeiro referente ao conjunto 1, ou seja, aos bens atualmente liberados de gravames e restrições ou incluídos em programas que asseguram a liberação em data certa; ao conjunto 2, que inclui os bens que recebem preferências diferentes dos anteriores e ao conjunto 3, que neste caso está em branco, que são os excetuados das preferências. A informação que temos é: na primeira coluna estão as importações que realiza, neste caso a Argentina desde a Colômbia, dos produtos do Capítulo IX - aí se vê 2.068,00 que são dois milhões e sessenta e oito mil dólares, café e outras coisas que estão no conjunto 1, ou seja, que estão totalmente liberados de gravames e restrições.

Na segunda coluna aparece a percentagem que significam essas importações sobre o total das importações, que realiza a Argentina, dos bens desse conjunto, ou seja, dos bens que liberou para a Colômbia, que são esses 44 milhões. A seguinte percentagem estabelece a relação entre essas importações, esses 44 milhões e o total das importações do capítulo, que consta na coluna 1. Essas são importações de qualquer origem de todos os bens do capítulo. Isso significa que para os

efeitos do Capítulo IX a Argentina deu um mercado à Colômbia, medido em termos de importações que realiza de qualquer origem, de 44 milhões de dólares, dos quais, dois estão sendo efetivamente utilizados no ano de 93 pela Colômbia e, ao mesmo tempo, esse conjunto de bens, em termos de valor de importação, está significando oitenta e quatro por cento de tudo o que importa a Argentina de qualquer origem dentro do Capítulo IX.

O terceiro valor, na coluna "XCT" constam as exportações que realiza a Colômbia no mesmo ano de 93 de bens do Capítulo IX. Isso é simplesmente referencial, para dar uma idéia, se há um comércio, se há mais capacidade de exportação genérica em nível de capítulo do país beneficiário, para poder, dessa forma, qualificar, de uma maneira ou de outra, os valores que efetivamente estão sendo manejados. O mesmo tipo de apresentação é feito para o conjunto.

Esta informação consolida-se na relação de cada país com o resto dos países-membros. Neste caso estamos apresentando as importações da Argentina, como país outorgante, funcionando como recipiendários todos os países que não são do MERCOSUL e o Chile; aí estão os países andinos e está o México. Aparecem os valores correspondentes ao conjunto 1 e ao conjunto 2 e a percentagem desses valores sobre o total do capítulo correspondente. Isto permite comparar como se comportaram as importações que realiza o país outorgante desde as diferentes origens beneficiados pelas preferências. Esta mesma informação está desenvolvendo-se também a nível de item.

Na realidade, através destes três módulos estão sendo geradas bases de informação, que depois para os efeitos analíticos, tratam de combinar-se. Na realidade, o que dá a maior potencialidade a este tipo de análise é a possibilidade de combinar, de ver juntas as informações sobre comércio, sobre intensidade das preferências e sobre a cobertura.

Neste quadro temos um exemplo disso. Estamos vendo sempre a Argentina como outorgante e a Colômbia como recipiendário das preferências.

Aí vemos, a partir de uma seleção de capítulos, extraídos em função da importância comercial que tinham em 1993, quais são, para o Capítulo XXVII, onde estão todos os combustíveis, as importações que realiza a Argentina da Colômbia: são esses treze milhões e meio de dólares.

No seguinte pequeno bloco está 5,4 e 2,7; na realidade, é a porcentagem de itens do Capítulo XXVII que estão ou liberados totalmente de gravames e restrições, que é 5,4 por cento, ou recebendo algumas preferências, que não são totais, que é 2,7 por cento. A preferência média do Capítulo XXVII para o primeiro conjunto é de cem por cento; para o segundo conjunto é de setenta por cento. As importações que realiza a Argentina da Colômbia dos bens sobre os quais foram outorgadas preferências correspondem exclusivamente aos do conjunto 1 e são um

milhão duzentos e setenta e um mil dólares. A última coluna estabelece a relação entre esse valor e o total das importações que realiza a Argentina da Colômbia. Ou seja que nesse Capítulo XXVII o comércio negociado está em 9,4 por cento, o que costuma acontecer nesse capítulo de combustíveis.

No capítulo seguinte, que são matérias-primas plásticas, os senhores podem ver que a percentagem do negociado, do beneficiado pelas preferências já sobe para sessenta e dois por cento. Agora veremos como termina a Colômbia.

Depois de ver estes capítulos está resumido o total. O total estaria indicando-nos que para mostrar os capítulos mais importantes no comércio bilateral se está chegando a uma participação do comércio negociado na ordem de quarenta e três por cento. Em alguns casos vale a pena fazer essa desagregação que está na última linha.

O Capítulo XXVII, onde estão os combustíveis, inclusive o petróleo cru, entre alguns países pode determinar que estejamos vendo índices de participação dos produtos beneficiados por preferências muito baixas porque, em geral, o petróleo não está sendo negociado; ou seja, é um bem que não tem maior sensibilidade tarifária. Então, nesses casos estamos dando a mesma informação resumida, sem o Capítulo XXVII. Os senhores vêem neste caso como aumenta essa percentagem de 44 para 66 por cento.

Isto é uma amostra de um tipo de exercício que pode ser feito a partir dos três módulos básicos de informação, combinando-as. Poderíamos, sem nenhuma dificuldade, estar dando, por exemplo, em lugar da preferência média nominal, a preferência efetiva ou poderíamos estar dando, junto com a preferência efetiva, a tarifa ou o gravame residual, de acordo com o tipo de análise ou a orientação de análise que se quisesse fazer. Poderíamos estar manejando outros capítulos ou apresentar a mesma informação em nível de posição. Ou seja, as combinações são múltiplas este é um exemplo.

Poderíamos ver outro exemplo no Quadro Nº 3. Neste quadro estamos tentando qualificar, através de dados de comércio, o que explicou o Senhor Secretário-Geral no início, ou seja, o que estamos chamando de cobertura das preferências. Na primeira linha, onde consta a percentagem de itens, estamos recolhendo a mesma informação que estava no primeiro quadro que viram os senhores, que indica a percentagem de itens da nomenclatura que estão incluídos nos acordos. Obviamente, na relação da Argentina com o Brasil, Paraguai e Uruguai isso é cem por cento e, no caso dos acordos seletivos, são proporções muito variáveis que estão entre 32,4 para o México e 3 para a Venezuela.

Na segunda linha da Argentina os senhores vêem a percentagem de importações que realiza a Argentina de cada um dessas origens, que estiveram beneficiadas por preferências, que têm preferências registradas. Aí vemos também, fora do MERCOSUL,

valores muito variáveis entre 19 por cento no caso da Bolívia e 96 no caso do Equador.

A terceira dá a percentagem das importações totais que realiza a Argentina de qualquer origem, que coincidem com os itens incorporados aos acordos. Se os senhores olham a coluna do México, esse 56,7% quer dizer que das importações de qualquer origem que realizou a Argentina, em 1993, 56,7% corresponde aos itens incluídos no acordo bilateral com o México. Isso, de alguma maneira, permite qualificar o primeiro dado, ou seja, não só manejar a idéia da extensão ou amplitude do âmbito de um acordo em quantidade de itens, senão também do comércio envolvido como potencial nesse acordo, ou seja, qual é a oferta do mercado. Digamos que é um indicador muito primário que haveria que ponderar com outras coisas, mas é uma primeira vinculação entre o comércio e as preferências. Isso nos está levando a outra consideração, que é algo que já é uma velha discussão na ALADI.

Aqui estamos vendo um entrelaçamento de países outorgantes e recipiendários por categorias de desenvolvimento. Neste entrelaçamento pode constatar-se a percentagem de comércio bilateral, ou seja, entre cada par de países, que está sendo canalizado pelos itens que recebem preferências, sem estabelecer nenhuma relação de causalidade entre as preferências e esse comércio há uma participação bastante mais elevada nas exportações do país de menor desenvolvimento ao de maior grau de desenvolvimento e mais reduzida no sentido contrário. Os senhores podem ver, por exemplo, que entre a Argentina e a Colômbia, 44% de valor de suas importações da Colômbia correspondem a itens que estão incluídos no acordo bilateral. No entanto, quando estão na fila da Colômbia com a coluna da Argentina, vêem que na situação inversa se dá 12,4 por cento. Se vêem o Brasil com o Equador, o Equador está colocando 23,8% de produtos incluídos no acordo bilateral. No entanto, quando estão na fila da Colômbia com a coluna da Argentina, vêem que na situação contrária se dá 12,4%. Se vêem o Brasil com o Equador, ou seja, o Equador está colocando 23,8% de produtos incluídos no acordo bilateral, no entanto o Brasil esteja colocando no Equador somente 5,8%. Isto tem a ver também com o que vimos no quadro anterior. A massa de importações, que de alguma maneira estaria abrindo-se pouco ou muito pelas preferências, também é visível. Em geral, os países médios e pequenos em relação aos grandes deram um âmbito mais restrito do que os grandes quanto aos médios e os pequenos.

Estes quadros serão distribuídos hoje. Há um aspecto em que talvez convenha enfatizar. Creio que a importância deste tipo de análise e deste tipo de formatos de informação radica em dois aspectos: primeiro, permitiria ao usuário destes dados extrair suas conclusões; é mais importante a informação que pode estar fornecendo a Secretaria, ou seja, cada país ou os técnicos de cada país podem extrair destes dados suas próprias conclusões, a partir de um conhecimento mais detalhado da própria realidade de suas negociações. Isso faz sentido na

medida em que a Secretaria está concentrando uma massa de informações, que em alguns aspectos é praticamente exclusiva.

O segundo ponto em que convém enfatizar é a flexibilidade. Ou seja, o que os senhores estão vendo, que os senhores receberão, são quase amostras do que pode fazer-se. Todos os dados que estão incluídos são combináveis. Podem ser feitas as combinações que correspondam aos objetivos da análise.

Também pode acrescentar-se os diferentes níveis de acréscimo, que os senhores estão vendo. Ou seja, capítulos, bens a nível de acréscimo elevado, relativamente homogêneos, posição já com um nível de acréscimo menor, mais específico, mas ainda cobrindo uma gama relativamente ampla de bens e itens tarifários, até onde nos permitem os problemas de nomenclatura. Penso que isto lhes daria um panorama de como está a informação de base, que pode estar fornecendo-lhes a Secretaria nesta matéria, sem prejuízo de aprofundar no que considerem conveniente.

SECRETARIO-GERAL. Como está visto, este estudo é, na realidade uma obra aberta, que merecerá muitos aperfeiçoamentos e a Secretaria gostaria de receber sugestões das Representações, porque acredito que deve transformar-se em um sistema que ajude os processos de articulação.

Creio que nosso próximo passo, nos estudos que faz a Secretaria sobre articulação e convergência, será estudar determinadas articulações. Por exemplo, temos que fazer estudos específicos sobre as articulações que estão sendo propostas, as negociações entre o MERCOSUL e o Grupo Andino, MERCOSUL-Chile, MERCOSUL-México, tentando analisar essas articulações que estão em andamento.

Ao mesmo tempo queremos anunciar que este mesmo documento é objeto e será objeto de um aperfeiçoamento na própria Secretaria. Mas, como tínhamos prometido há muito tempo, a apresentação deste documento e como queremos receber reações construtivas -como sempre recebemos das Representações- encontramos adequado distribuí-lo, como documento preliminar e aperfeiçoado, -porque, repito- não é uma obra concluída nem pode ser um livro; na realidade, é um sistema o que estamos manejando. Um sistema que, inclusive, exigiu um esforço que os senhores não podem imaginar vendo esta apresentação. Um esforço extraordinário de nosso pessoal do setor de comércio, de negociação, do setor de informática. Tivemos que fazer um trabalho intensíssimo e de aperfeiçoamento, de correção, de incorporação de alguns acordos que não estavam incorporados à base de dados e realmente foi uma experiência muito útil para a Secretaria em termos de capacidade de trabalho. Continuamos fornecendo informação ao Comitê sobre este tipo de enfoque e sobre este documento que, sem dúvida, será objeto de revisões posteriores.

Agradeço a paciência dos Senhores Embaixadores e demais Representantes, sobretudo pelo esforço ocular que fizeram,

porque infelizmente nossos equipamentos não estão à altura das necessidades, mas creio que cumpriu com a finalidade de mostrar a versatilidade e a eventual utilidade que pode ter para todos os países-membros. Muito obrigado.

PRESIDENTE. Agradeço ao Senhor Secretário-Geral esta exposição, que nos mostrou a mecânica da possibilidade de ver como estão entrelaçadas nossas concessões, com o objetivo de aperfeiçoá-las em função de uma convergência e articulação.

Representação da ARGENTINA (Jesús Sabra). Obrigado, Senhor Presidente; por seu intermédio queria agradecer à Secretaria este esforço, em um estudo que evidentemente servirá para que nossos técnicos comecem a tirar conclusões, como fez o próprio consultor Carlos Ons. Entendemos que este é o início de estudos que permitirão, com o tempo, ir aprofundando a análise da convergência. Não é um dado fotográfico que fica refletido nesta instância e nada mais. Entendemos que este é um grande estudo, porque evidentemente deve ter uma base e um começo.

Queremos fazer algumas reflexões. As reflexões são como me serve este documento para negociar acordos de zona livre de comércio. Se se tratasse de aperfeiçoar os acordos de complementação seriam elementares estes estudos; mas se quisessem fazer estudos de zonas de livre comércio há que estudar antes de mais nada as exceções às zonas de livre comércio e esses são os elementos básicos para as próximas negociações.

O segundo elemento básico é, analisando todas as zonas de livre comércio que estão constituídas, ver quais são as listas de exceções. Porque essas listas de exceções são as que aprofundarão as zonas de livre comércio. Enquanto aparecem os universos de bens, encontramos com os dados solicitados à Secretaria, que a Secretaria tem por exclusão em forma negativa contabilizado e agora esteja fazendo o trabalho de contabilizá-lo em forma positiva. Considero muito importante saber quais são as preferências nas que está abrangido esse universo de bens, porque inclusive nesse caso, nos universos de bens não existe reciprocidade de 100%, senão que é unilateral; por um lado, de 100% e, por outro, de 50% e, portanto, não é uma zona de livre comércio pura.

Também entendemos que o processo de integração no qual estamos imersos na América Latina é um processo de integração aberto e, portanto, o nível de proteção tarifária externa tem que ser avaliado com o tempo. Porque isto é o que nos está indicando em que medida nossos próprios países estão fazendo uma abertura real para o resto dos países e isto não está refletindo-o. Ou seja, simplesmente estou fazendo algumas reflexões do próprio pedido da Secretaria, de ver como deveremos ir implementando novos elementos para que estes estudos possam ser utilizados com maior eficácia. Muito obrigado.

PRESIDENTE. Na realidade, suas palavras e elementos de juízo para um melhoramento do estudo ou uma perspectiva que

nao está prevista aqui, seja feita no esboço proposto pela Secretaria-Geral e inclusive pelo Consultor Carlos Ons, a quem também agradeço.

Representação do BRASIL (Hildebrando Tadeu Nascimento Valadares). Muito obrigado, Senhor Presidente. Minhas observações são um pouco na linha da apresentação feita pelo Senhor Representante da Argentina. Especialmente para agradecer o estudo feito pela Secretaria-Geral. Minha Representação já fez uma leitura de avaliação preliminar e para nós o estudo é muito bom, de modo que sinceramente nos congratulamos com a Secretaria-Geral. Entendemos, evidentemente, que é um primeiro passo, como foi explicado pelo Senhor Secretário-Geral em sua apresentação, e que as fases assinaladas como desenvolvimentos posteriores, além da própria atualização constante deste documento, os estudos da parte do efetivamente e a parte normativa-instrumental. Acreditamos que o primeiro passo que foi dado hoje é um passo importante e esperamos os estudos que nos prometeram seguidamente e gostaria, antes de ressaltar qualquer carência, falha ou lacunas que eventualmente tenha este estudo, de assinalar a positiva contribuição para o conhecimento mais sistematizado das Representações aqui presentes do atual momento do processo da integração no referente ao aspecto de preferências e para congratular a Secretaria-Geral pelo bom trabalho realizado. Obrigado, Senhor Presidente.

PRESIDENTE. Muito obrigado, Senhor Representante do Brasil. Tem a palavra o distinto Embaixador do Equador.

Representação do EQUADOR (Eduardo Cabezas Molina). Obrigado, Senhor Presidente. Creio que também devemos aderir às manifestações de apreço dirigidas à Secretaria-Geral a respeito deste trabalho. Creio que aqui cabe dizer heureka, creio que é um bom início, porque está cumprindo um papel muito importante que nos permitirá identificar qual é a verdadeira realidade.

Mas, referir-me-ei um pouco a este documento preliminar, porque deverá ser examinado atentamente porque, segundo a Secretaria-Geral, este será o ponto de partida para a articulação e convergência, toda renegociação do patrimônio histórico. Mas, aqui há uma série de apreciações muito importantes, que em algum momento haverá que analisá-las com muita atenção. Por exemplo, aqui, na página 6 há uma referência expressa que diz que o Acordo de Cartagena não ficou incorporado à estrutura jurídica da ALADI"; então haverá que, inclusive, ir corrigindo muitas coisas. Por outro lado, isto nos induz a definir novos objetivos do processo de integração.

Não é um estudo estritamente técnico, senão que tem uma mensagem política de que há coisas que devemos fazer no Comitê de Representantes. Daí a importância, Senhor Presidente, de que a Secretaria-Geral tenha empreendido este tipo de trabalho.

Por outro lado, também apreciamos, Senhor Presidente, que devemos ver atentamente todo o âmbito de preferências. Há preferências que são nominais e outras que são efetivas; então, qual é a realidade de todo este processo que estamos empenhados em gerar uma zona de livre comércio na região.

Estas, brevemente, Senhor Presidente, são observações para sugerir que talvez convenha, como manifestou o Senhor Embaixador Sabra, que sendo um instrumento técnico, devemos reunir os técnicos para que comecem a analisar com muita atenção este importante trabalho da Secretaria. Como vamos fazê-lo? Teremos que consultar-nos, porque considero muito importante que comecemos, junto com a Secretaria e o consultor, a analisar a proposta que nos está apresentando.

PRESIDENTE. Muito obrigado, Senhor Representante do Equador. A Secretaria tomou nota e creio que efetivamente este é um quadro muito técnico que deve ser estudado por nossos técnicos, primeiro passo suponho, que todos enviaremos a nossas respectivas Chancelarias, com o objetivo de que sejam por demais examinados e tenhamos depois um eco que possamos expressá-lo na próxima reunião que se convoque para tratar o documento. Depois, efetivamente, poderia pensar-se em uma reunião de técnicos na ALADI.

Suponho que se não houvesse mais elementos de juízo, comentários, sobre o documento, poderíamos passar ao último ponto.

Representação do CHILE (Augusto Bermúdez Arancibia).
Obrigado, Senhor Presidente.

Desejariamos aderir ao reconhecimento à Secretaria e ao Consultor Carlos Ons Indart pelo esforço feito e talvez esboçar uma primeira preocupação que surge da quantidade de antecedentes apresentados aqui. É algo que tivemos muito latente, mas que no Quadro 1, sobretudo, fica muito nitido, que é a pouca vinculação tanto em preferências como em comércio entre o grupo Andino e o MERCOSUL e resulta que aí são nove países. Então, o entramado se vê muito forte, muito sólido, em algumas regiões, mas em conjunto ao tomar que a base de relacionamento é fraco entre nove países. Chama-nos poderosamente a atenção esse fato, porque quer dizer que muitas vezes nos sentamos nesta sala para tentar fazer acordos multilaterais, de tipo normativo, nove países que não têm o entramado forte e sólido como para contribuir e continuar na multilateralização. Sempre dissemos, nesta sala, que o ponto fraco da ALADI é o aspecto multilateral e resulta que são nove países que têm uma debilidade intrínseca aí e talvez deve ser um dos pontos que mais nos deve preocupar. Obrigado.

PRESIDENTE. Muito obrigado, Senhor Representante do Chile. Isto se soma ao que os demais Representantes disseram sobre o documento. Creio que deve tomar-se nota e especialmente o Senhor Ons, que certamente continuará colaborando conosco

nestes estudos e, não sendo assim, haveria que exortar a Secretaria para que fizesse.

Se não houver outra observação, passaremos a outros assuntos, onde a Representação da Argentina propôs o plano de tarefas. Deixo a tarefa para o Senhor Embaixador Sabra.

6. Outros assuntos.

- Programa de atividades da ALADI para o ano de 1995.

Representação da ARGENTINA (Jesús Sabra). Obrigado, Senhor Presidente.

Simplesmente para manifestar que, com base no plano de trabalhos, o programa de atividades do documento 111/Rev. 1, aprovado por este Comitê, surgem algumas atividades que requerem previamente a convocação, por parte deste Comitê, dos grupos de peritos ou, no caso mais iminente, à primeira reunião de Responsáveis pela Integração, prevista para o dia 13 de junho. Também desejaríamos solicitar à Secretaria, nos casos em que estivesse prevista a apresentação de documentos para temas específicos, como a valoração aduaneira, trânsito aduaneiro, origem, etc., com datas já marcadas; que, por favor, seja tomada devida nota para estar incluídas nas ordens do dia deste Comitê para, desse modo, ir cumprindo o programa de atividades.

Retomando o tema da primeira reunião de Responsáveis, creio que valeria a pena que a Secretaria nos desse alguma orientação de qual seria a agenda para esta reunião, que está prevista com um dia de antecipação à reunião da Comissão Especial de Comércio, que se realizaria aqui, na ALADI, dias 14 e 15 de junho. Segundo nosso parecer, dois temas são importantes: primeiro, o vinculado com a própria atividade da ALADI, que é a convergência e a articulação; um documento de base poderia ser este mesmo, que hoje apresentou a Secretaria e, o segundo, um intercâmbio de opiniões de nossos responsáveis para o tema da agenda da reunião da Comissão Especial de Comércio sobre o plano de ação de Miami ou o processo de áreas de preferências em nível hemisférico.

Considero importante que isso seja analisado já, para poder enviar a nossas capitais esta proposta e em uma próxima reunião possamos ter seu ponto de vista e aprovar essa convocação.

PRESIDENTE. Obrigado, Senhor Embaixador Sabra. Ofereço a palavra à Secretaria para que responda à pergunta da Representação argentina.

SECRETARIO-GERAL ADJUNTO (Juan Francisco Rojas). Senhor Presidente, quanto ao primeiro tema proposto pelo Senhor Representante da Argentina, estamos imprimindo as propostas da convocação das diferentes reuniões que estão fixadas no programa de atividades e igualmente apresentaremos um pequeno

documento de trabalho, muito curto, muito breve, no qual determinamos em que ponto ficou a discussão dos diferentes temas que seriam considerados em cada uma das reuniões, ou seja, até onde se tinha avançado, até onde ficou e qual seria o ponto de partida para a próxima reunião.

Quanto à reunião dos Responsáveis pelas Políticas de Integração, evidentemente o documento que acabamos de apresentar nesta manhã constitui uma ferramenta importante; é um documento basicamente de insumo; é como ter um modelo estático de situação e, dependendo das perguntas políticas que sejam feitas; em função disso obteremos todo tipo de resposta, e por conseguinte, poderá elaborar-se as propostas.

Estamos pensando em elaborar um documento, atualizando o diagnóstico do documento de trabalho 370, apresentado em setembro do ano passado. Evidentemente, em função das variações que houve desse diagnóstico, surgiram alguns acontecimentos, atrasaram-se outros; estaríamos dispostos a apresentar alguns elementos que deveriam conformar a atual estratégia de integração nos momentos que estamos vivendo.

É evidente que, desde setembro até esta data, como manifestei na reunião anterior, tínhamos, talvez, pecado de otimistas a respeito de alguns acontecimentos que estão ocorrendo na Associação, que houvessem obtido um resultado muito mais rápido que o esperado e isso, evidentemente, alterou o quadro que tínhamos apresentado naquela oportunidade; o quadro de proposta, de proposta implícita, que estava na segunda parte desse documento.

Estamos atualizando nosso diagnóstico e apresentaremos um documento no qual será assinalado um caminho de ação com vistas ao objetivo delineado na Associação.

SECRETARIO-GERAL. Senhor Presidente, continuando com a palavra, entendemos que a Representação da Argentina propõe que elaborássemos uma agenda; temos alguma idéia sobre isso e poderíamos enviar uma proposta para as Representações. Sem lugar a dúvidas, nessa agenda já podemos, como todos vêem, entrever que a avaliação do processo de articulação e convergência é um assunto importante que será objeto de estudos, como bem manifestou o Secretário-Geral Adjunto, Juan Francisco Rojas, em que podem ser combinados os enfoques normativos do papel 370, atualizado com os enfoques quantitativos das preferências deste documento e com os outros enfoques comerciais que estão sendo objeto do estudo que se está terminando e que será distribuído esta semana às Representações e fazer um trabalho com uma visão sintética sobre isso. Acreditamos também que, além da análise da situação do processo de articulação e convergência, é importante alguma discussão, alguma colocação sobre a questão hemisférica porque a Secretaria acredita, inclusive sente -na medida em que participamos de uma reunião informal com outros Secretários- que haja um desdobramento das instruções que já estão naquele plano de ação para a criação da zona de livre comércio das Américas.

Naquele documento há algumas instruções para a OEA, para o BID, para a CEPAL, há uma convocação implícita de organismos como a ALADI e sua Secretaria, mas acreditamos que talvez haja que debater esse assunto e colocar umas orientações mais detalhadas que inclusive ajude o próprio Secretário na reunião com os demais Secretários ter uma visão dos limites políticos que os países da ALADI estão considerando nesse projeto que eles assinaram em Miami.

Portanto, creio que esses seriam dois temas e depois poderíamos, na Secretaria, analisar se há mais outros a serem considerados e podemos propor uma agenda para esta reunião de Responsáveis. Isso é o que queria complementar.

SECRETARIO-GERAL ADJUNTO (Isaac Maidana). Com o esclarecimento de que não há mais de três, assim não vai continuar esta exposição.

Queria complementar o manifestado pelo Senhor Secretário-Geral e por meu colega Rojas a respeito dos aspectos de procedimento e datas.

Os senhores sabem que a Resolução 40 do Conselho de Ministros estabelece que deve ser convocado trinta dias antes da data, neste caso já estabelecida, que estaríamos muito próximos à mesma e, portanto, haveria que fixar de repente alguma reunião para realizá-la.

A outra, vinculada com a agenda que praticamente, como foi dito aqui, emerge da última reunião de Responsáveis que foi levada a cabo no ano passado onde em uma de suas conclusões se indica quais seriam os dois temas que poderiam ser objeto desta reunião e obviamente que a mesma poderia complementar-se com outros temas, como indicou o Senhor Secretário-Geral, vinculados com a projeção hemisférica. É tudo, Senhor Presidente.

PRESIDENTE. Agradecemos à Secretaria-Geral, ao Secretário-Geral e seus dois Subsecretários, que usaram a palavra para estes esclarecimentos.

Representação do BRASIL (Hildebrando Tadeu Nascimento Valadares). Senhor Presidente, com referência a este tema ouvi as exposições do Secretário-Geral e dos dois Secretários-Gerais Adjuntos. A Representação do Brasil desejaria, apenas, tentar esclarecer se a documentação que seria preparada e apresentada como insumo para a futura reunião de Responsáveis pelas Políticas de Integração seria então o documento que hoje analisamos, escutamos sua apresentação sobre preferências; uma atualização do documento 370, que oportunamente a Secretaria-Geral circularia um projeto de agenda, uma sugestão de projeto

de agenda; o Subsecretário Rojas se referiu a um documento sobre estratégia de integração. É aí que me perdi um pouco e gostaria de saber se seria um quarto documento ou se seria um agregado a um dos documentos já existentes; para quando seria, nesse caso, distribuído este texto. Obrigado, Senhor Presidente.

PRESIDENTE. Obrigado, Senhor Representante do Brasil.

Obviamente devo dar a palavra ao Doutor Rojas.

SECRETARIO-GERAL ADJUNTO (Juan Francisco Rojas). Senhor Presidente, quero esclarecer que o documento 370, no final, tinha uma proposta sobre a ação para a conformação de um espaço econômico: na prática eram os lineamentos estratégicos que deveriam levar-se a cabo na região. Então, atualizaremos o documento 370; obviamente, a parte essencial desse documento é a parte final, a parte estratégica.

É importante indicar que o documento 370.1, a série essa que tinha os diagnósticos setoriais já estão circulando as atualizações e ampliações que fizemos sobre os diagnósticos setoriais que tínhamos incluído naquela documentação.

Representação do BRASIL (Hildebrando Tadeu Nascimento Valadares). Muito obrigado, Senhor Subsecretário.

PRESIDENTE. Então, além disto e antes de dar a palavra novamente ao Secretário-Geral, ficamos em que estes documentos serão preparados devidamente antes de que se cumpram os trinta dias de antecipação para a convocação desta reunião; temos o documento 370 e sua atualização, e outros, além do que temos visto esta manhã.

Tem a palavra para "Outros assuntos" o Senhor Secretário-Geral.

- Reuniões da Comissão Especial da OEA e do Grupo Informal de Secretários de Integração.

SECRETARIO-GERAL. Senhor Presidente, para informar sobre a reunião da Comissão Especial de Comércio da OEA e sobre a reunião que será feita preliminarmente do Grupo Informal de Secretários de Integração.

Estamos em contato com a chancelaria uruguaia e com a OEA; segundo temos entendido, estão fixadas as datas 14 e 15 de junho para a Reunião da Comissão Especial de Comércio. O dia anterior, 13, a reunião dos Secretários de Integração, que está sendo convocada também aqui, em Montevideu.

Estamos analisando as questões logísticas e em uma primeira aproximação quase cem por cento certo, a reunião será realizada aqui, nesta sala, porque são trinta e quatro países, são trinta e quatro Representantes mais os Segundos que se sentariam atrás; portanto, abrangeria, segundo a OEA, umas

cento e oitenta pessoas. Acreditamos que não passarão de cento e cinqüenta. Estamos fazendo um esforço para que seja feita aqui, caso não possa ser feita aqui, infelizmente deveremos fazê-la em outra parte de Montevidéu. O que a Secretaria vai fornecer a esta reunião e à anterior é o apoio de seu pessoal de reuniões.

A agenda da reunião da CEC ainda não está definida. Ontem falei por telefone com o Embaixador Miguel Rodriguez Mendonza e ainda não sabia qual seria a agenda da reunião; tinha idéias muito gerais sobre o assunto que naturalmente têm a ver com o processo de Miami.

O mesmo pode dizer-se quanto à agenda da reunião de Secretários de Integração. Essa agenda certamente continuará analisando os aspectos técnicos e apoio de trabalhos e de conhecimentos para as articulações em cada área e também certamente se avançará no assunto da articulação dos sistemas de informação da articulação das bases de dados dos vários processos de integração existentes na região.

Essa era a informação, Senhor Presidente, que queria dar às Representações.

PRESIDENTE. Muito obrigado, Senhor Secretário-Geral, por sua informação; não sabíamos desta reunião.

Representação do CHILE (Augusto Bermúdez Arancibia). Senhor Presidente, somente para consultar à Secretaria como pode ser coincidente a reunião de Responsáveis pelas Políticas de Integração com a Reunião Informal de Secretários de Integração; parece algo absolutamente incompatível.

SECRETARIO-GERAL. A reunião dos Secretários é dia 13, e a outra é 14 e 15.

Representação do CHILE (Augusto Bermúdez Arancibia). Não, estou falando da reunião de Responsáveis pelas Políticas de Integração.

PRESIDENTE. Entendo que se realizaria antes, não é?

SECRETARIO-GERAL. Sim, podemos resolver isso antecipando a reunião de Secretários.

PRESIDENTE. 12, 13, 14, 15. Creio que haveria que convocar uma reunião do Comitê na próxima semana para fazer a convocação oficial dos Responsáveis pela Integração; que aconselha a Secretaria?. Então, embora não seja o Presidente, poderíamos ir pensando apenas venha o Presidente titular para que convoque uma reunião do Comitê com o objetivo de que seja feita a convocação oficial da reunião de Responsáveis pela Integração antes de 14 e 15.

Representação da BOLIVIA (Antonio Céspedes). Acreditei que a situação já tinha sido esclarecida com a presença ainda

em sala do Embaixador Sabra, no sentido de que viria primeiro uma proposta da Secretaria a respeito da agenda da reunião e depois a data a convocar a mesma com relação aos acontecimentos subsequentes previstos para ela. Então, também foi acordado que essa reunião de Chefes de Representação ou reunião reservada, como se deseje chamar, seria nos primeiros dias da próxima semana. Creio que isso já é uma situação resolvida, não é?

PRESIDENTE. Entendo que a agenda será apresentada juntamente nesta próxima reunião que propõe a Presidência interina e que seja aceita pelo Presidente titular para que seja feita uma reunião e sejam vistos estes aspectos que devem ser oficializados como uma convocação oportuna, guardando os 30 dias que devem, em princípio, ser levados em conta.

Não obstante, não vejo, aparentemente, que haja uma grave complicação, se é que depois podemos conversar com a Secretaria em um "petit" Comitê ver qual seria essa agenda a ser apresentada.

Se estamos todos de acordo, seria assim; não vale a pena discutir sobre algo que não temos ainda nas pastas e faremos as consultas correspondentes à Secretaria-Geral para ver que luzes nos dá a respeito desta situação.

Representação do URUGUAI (Adolfo Castells Mendivil). Senhor Presidente, peço desculpas se não conheço ainda os meandros dos trâmites aladianos. Por isso farei uma proposta: por que nós, que estamos reunidos aqui hoje, não fazemos formalmente a convocação dos Representantes de Integração? Por que temos que fazer outra reunião do Comitê em outra oportunidade quando já estamos todos reunidos aqui e podemos resolver esse assunto hoje?

PRESIDENTE. Obrigado, Senhor Representante do Uruguai.

Não sei se estamos todos em condições de aprovar uma data "a priori" se não temos consultado nossas chancelarias. Finalmente, é um assunto que não é proposto para o Governo uruguaio e provavelmente tampouco para o governo argentino, não é? Mas, os que estamos um pouco mais longes, deveríamos coordenar um pouco as datas; a viagem desde a Venezuela ou desde o Peru até aqui é um pouco longa.

Mas, deixo em consideração dos demais membros deste Comitê a sugestão do distinto Embaixador do Uruguai.

SECRETARIO-GERAL. Uma sugestão. Senhor Presidente, a data já está no programa de trabalho, seria conveniente perguntar, em princípio, às chancelarias se estão de acordo com essa data e depois se veria a agenda; poderia ser uma forma de ver o assunto.

PRESIDENTE. A situação se resume da seguinte forma: está prevista a data; deveríamos decidir convocá-la. Creio que se estamos todos de acordo determinaríamos como primeiro ponto da próxima reunião, que deve ser na próxima semana, porque agora creio que seria estender um pouco os trâmites devido a que não estava na agenda e não sei o que pensa a Argentina.

Representação do CHILE (Augusto Bermúdez Arancibia). Senhor Presidente, nosso problema é que não temos a agenda da reunião, mas estaríamos em condições de pronunciar-nos de imediato sobre a data. Uma vez definida a agenda, tem sentido fazer a consulta às capitais sobre qual seria a data mais oportuna. Mas, sem a agenda é praticamente impossível pronunciar-se.

Representação da ARGENTINA (Gustavo Adolfo Moreno). Senhor Presidente, apoio a Representação do Chile. Creio que o inconveniente que existe aqui é que quando aprovamos este plano de trabalho, que foi enviado às capitais, este mesmo programa está sendo avaliado em nossas capitais, e se junta agora com que temos uma data, menos de trinta dias, que é para a Reunião de Responsáveis pela Integração.

De qualquer forma, tratando de cumprir com os 30 dias do mandato, como disse o Secretário-Geral Adjunto, Doutor Maidana, haveria que fazer uma reunião de Comitê na próxima semana, com uma agenda para fazer a convocação, levando em conta que se este documento ainda não foi aprovado em nossas capitais pelo menos já têm conhecimento dele e, portanto, da data de 13 de junho, que está na página 7 do próprio documento.

Como Representação da Argentina sugeriria uma reunião do Comitê para a próxima semana, o antes possível, com um projeto de agenda para ser discutido nessa reunião e aí mesmo fazer a convocação com a agenda própria da reunião.

Representação do EQUADOR (Eduardo Cabezas Molina). Brevemente, Senhor Presidente, porque o Comitê acordou, nos termos aos quais se referiu o Embaixador do Chile, que tem que existir para a convocação uma agenda e em cada ponto da agenda um documento de apoio; ou seja, deve existir a documentação respectiva, a qual preparará a Secretaria e quando se contar com esses elementos o Comitê de Representantes poderá estar em condições de determinar a data. Agora, como se pode compatibilizar a data que está indicada no programa de atividades com uma data que for efetiva, porque obviamente isso requererá consultas aos responsáveis, que estão muitas vezes em outras instituições em nossos países?

Lamentavelmente não é uma reunião que nós os Representantes Permanentes, manejamos aqui, senão que a idéia é que venham os responsáveis de nossas capitais. Creio que isso ficou esclarecido e a pergunta que teria que fazer à Secretaria é -penso que de certa forma já o explicou- se já conta com os respectivos documentos e se está preparada para realizar uma reunião deste tipo.

PRESIDENTE. O Embaixador Castells, de alguma maneira obteve resposta, que era também preocupação desta Presidência.

Representação do URUGUAI (Adolfo Castells Mendivil). Sim, Senhor Presidente, agradeço a resposta. Mas, desejaria acrescentar outra coisa agora. A intenção de minha intervenção foi tratar de abreviar os trâmites na medida do possível e compreendo perfeitamente as objeções manifestadas. Em primeiro lugar vejo que não chegamos à data de 30 dias antes da convocação; em segundo lugar, vejo que estamos perdendo uma semana, porque se dentro de uma semana nos sentarmos para ver a agenda poderíamos pelo menos mandar distribuir a agenda e os documentos anexos para que a próxima reunião seja mais efetiva e já poder dizer algo; senão, receberemos simplesmente na próxima reunião os documentos e diremos "agora vamos consultar", e começamos tudo de novo.

PRESIDENTE. Eu tenho a mesma idéia. Creio que tampouco devemos limitar-nos drasticamente aos 30 dias; suponho que existe uma flexibilidade lógica dada as circunstâncias. Segundo, estou plenamente de acordo com o Senhor Embaixador em que a Secretaria deveria apressar-se em apresentar-nos a agenda esta tarde ou amanhã e convocar para segunda-feira -já que terça-feira não é possível- ou quarta-feira. Então, somente temos uma diferença de três dias. Se já temos a agenda hoje ou amanhã poderíamos consultá-la por fax ou telex nossas chancelarias, principalmente, em função da próxima reunião que seria a de 13 de junho.

Devolvo a palavra ao Embaixador Castells para ver o que opina sobre esta sugestão.

Representação do URUGUAI (Adolfo Castells Mendivil). Senhor Presidente, estou totalmente de acordo com sua proposta, mas teríamos que pedir à Secretaria que o mais tardar amanhã nos fizesse chegar toda a documentação e, se fosse hoje, melhor.

Representação do BRASIL (Hildebrando Tadeu Nascimento Valadares). Senhor Presidente, creio que com o ânimo de agilizar ao máximo, obedecendo as regras que nós mesmos nos impusemos, poderíamos pedir à Secretaria-Geral que hoje mesmo à tarde, por fax, nos enviasse o projeto do que seria a convocatória e a sugestão do projeto de agenda. Creio que estes seriam os elementos mínimos para que pudéssemos ainda hoje consultar nossas chancelarias para que os funcionários encarregados das políticas de integração -sejam eles de nossas chancelarias, sejam eles funcionários de outros órgãos- pudessem manifestar sua reação para que nós, na próxima semana, pudéssemos realizar uma reunião para realmente esclarecer este assunto e tomar as decisões oportunas e necessárias.

Não posso manifestar-me sobre as chancelarias dos demais países, mas em relação à minha posso dizer que se envio hoje um fax com estas indicações, muito dificilmente terei a resposta segunda-feira. Não é impossível, mas é muito improvável.

vel. Explico, esse documento chegaria amanhã pela manhã às mãos do funcionário encarregado da integração -e amanhã é sexta-feira- e ele pediria pelo menos quarenta e oito horas úteis para analisá-lo e ver em sua agenda se há alguma observação sobre a data e, principalmente, alguma observação sobre o documento. Então, creio que poderíamos efetivamente reunir-nos na próxima semana, mas penso que se quiséssemos agilizar demasiado e convocar uma reunião do Comitê para segunda-feira, para discutir esse assunto, existiria oitenta por cento de chances de que a maioria de nós não tenha recebido instruções que nos permitam esclarecer o assunto.

Sugiro que, se possível, recebamos os documentos de base hoje ou amanhã, mas como a Secretaria-Geral disse que reescreveria a parte fundamental de um dos documentos, que era a parte estratégica final, creio que isto será difícil. Além disso, esses documentos, geralmente, são grandes e para enviá-los por fax é complicadíssimo, de forma que eu pensaria que nos limitaríamos ao absolutamente essencial, ou seja, o projeto de convocatória e a sugestão do projeto de agenda. Com esses dois elementos creio que podemos tentar, na próxima semana, tomar uma decisão sobre o assunto, recebendo os devidos esclarecimentos de nossas respectivas chancelarias. Muito obrigado.

Representação da ARGENTINA (Gustavo Adolfo Moreno). Senhor Presidente, quando foi estudado este documento se decidiu incluir datas indicativas. Como o senhor disse, Senhor Presidente, não é uma data fixa; é uma indicação de quando poderíamos realizar esta reunião. Primeiro tema. Creio que antes de aventurar-nos a fazer uma agenda e já enviá-la às capitais, logicamente é interessante que a Secretaria trabalhe sobre uma agenda e não nos pareceria mal tratar essa agenda na próxima reunião do Comitê para ver se estamos de acordo os Representantes em acrescentar ou eliminar pontos da mesma antes de enviá-la aos países para que estudem esta agenda juntamente com a convocação.

Obrigado, Senhor Presidente.

PRESIDENTE. Não obstante, penso que quanto ao que o senhor propõe existiria o inconveniente do tempo, porque se vamos somente agora estudar a agenda para modificá-la na próxima semana, em todo caso nos resta muito pouco tempo para a primeira fixação, que seria 13 de junho, dos Responsáveis pela Integração.

Creio que se pode ver a agenda e ao mesmo tempo adiantar a nossas chancelarias a possibilidade de que estes representantes Responsáveis pela Integração possam vir nessa data em função desta reunião do CEC. Estou pensando em voz alta; não sei se alguém quer me ajudar. Talvez possamos fazer duas coisas: fixar primeiro esta primeira reunião de Responsáveis pela Integração para até 13, e talvez dia 12, se há alguma preparatória para a mesma, e paralelamente estudar a agenda do restante das reuniões. E certamente para isso deveríamos que

ter a agenda ou a proposta de agenda que faria a Secretaria-Geral, de acordo com o já indicado no documento que discutimos aqui de alguma maneira e que nos levou tanto tempo. E então tomar uma decisão sobre o dia 13, e com mais tempo propor o resto da agenda a nossas respectivas chancelarias. Não sei se alguém quer acrescentar algo a esse respeito ou comentar o que estou propondo.

Ficamos, então, em que a Secretaria-Geral nos dará um projeto de agenda o mais breve possível, entendo que antes da próxima semana, quarta-feira, de acordo com o que disse o Representante brasileiro, o Senhor Valadares, que não podia ser antes de quarenta e oito horas uma consulta prévia, e creio que na próxima quarta-feira ainda estamos dentro de mais ou menos trinta dias para uma convocação. Levo também em consideração o que propõe o Embaixador do Equador no sentido de que não há convocação se não há documentos, mas, do mesmo modo, com essa flexibilidade, pode enviar-se imediatamente depois os documentos, principalmente se são curtos. De qualquer forma, já podemos enviá-lo para o estudo e creio que em nossas chancelarias nossos Representantes Responsáveis pela Integração terão "muito pão para cortar" para analisar este projeto, este começo de estudo básico, para ver como se apresentam as preferências.

Representação do BRASIL (Hildebrando Tadeu Nascimento Valadares). Senhor Presidente, não quero prolongar este intercâmbio de opiniões, mas apenas queria deixar bem claro para os demais colegas que, a nosso modo de ver, para fazer esta consulta quanto ao dia -se a reunião dos responsáveis deve ser dia 13 ou 12, enfim o dia que for conveniente para todos nós- para a Representação do Brasil seria necessário também poder submeter a Brasília a agenda sugerida para a reunião. Porque se vou enviar ao Brasil apenas uma data, é muito pouco. Então, os três elementos aos quais nós nos referimos aqui foram: uma data, uma sugestão de agenda e documentos de base; os documentos de base creio que poderíamos enviá-los depois, tão logo a Secretaria os tenha atualizados. Mas, creio que para consultar nossas chancelarias, pelo menos no caso da minha, necessitaria, ademais da data proposta, dia 13, um esboço do que poderia ser uma agenda da reunião. Obrigado, Senhor Presidente.

PRESIDENTE. Obrigado, Senhor Representante do Brasil.

Efetivamente, entendi isto que eu supunha já compreendido: que a convocação tem que ser com uma agenda. Assim que efetivamente não é apenas a data à qual nos dedicaremos, senão à proposta de agenda que faça a Secretaria-Geral.

SECRETARIA-GERAL. Somente para sublinhar uns pontos: os documentos para uma reunião como essa que tratará o tema de articulação e convergência já estão praticamente prontos, porque seria a série 370, com suas atualizações setoriais, que foram distribuídas, e faltaria apenas uma parte da 370, a que se referiu o Dr. Rojas, que são as modificações de uma propos-

ta de qual seria o modelo de articulação que se poderia visualizar com o processo em andamento.

Penso que já contamos, basicamente, com os documentos, que são os 370, o estudo de comércio, que será distribuído esta semana, e esse estudo que apresentamos hoje, e mais algumas poucas páginas de um documento de modificação do capítulo que falava das linhas de articulação que se poderia vislumbrar. Se queremos podemos chamar de visões estratégicas, ou algo parecido, do documento 370. De tal modo, Senhor Presidente, que eu considero que com os documentos que foram distribuídos às Representações já há material para tratar o tema da articulação e convergência.

Agora, para um tema, se é que aceitam incluir o relacionado com a projeção hemisférica, aí temos como um primeiro documento, básico, o mesmo que mandamos para o Grupo do Rio ou outro que poderíamos discutir oportunamente. Porque creio que aí o mais importante seria que os Responsáveis pela Integração nos dessem umas diretrizes, umas orientações para ajudar-nos a trabalhar firmemente nessa linha.

PRESIDENTE. Obrigado, Senhor Secretário-Geral.

Na realidade temos um esclarecimento do que poderíamos eventualmente considerar como documentos de base para a reunião do dia 13 e o pouco que teríamos para a reunião dos dias 14 e 15, mas, obviamente, tampouco temos um mandato especial para preparar informação a respeito.

Talvez valha a pena pedir à Secretaria que se ponha de acordo com a Secretaria da OEA para ver que documentos trazem eles e que poderia com antecipação analisar-se aqui em função de dar um ponto de vista "aladiano".

Se os senhores estiverem de acordo em termos gerais com o que disse, pois deixemos esta responsabilidade à Secretaria-Geral.

Representação da ARGENTINA (Gustavo Adolfo Moreno). Senhor Presidente, sobre as datas da semana que vem, caso se prolongue esta reunião sobre este tema no Comitê, na próxima quarta-feira, recorde que para essa oportunidade estava convocada a Comissão de Orçamento; então, seria bom passá-la para a tarde para que pela manhã fosse a reunião do Comitê. É só isso.

Obrigado, Senhor Presidente.

PRESIDENTE. Muito Obrigado.

Não havendo outros comentários, encerra-se a sessão.
